


**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA MEDIADO PELA  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**THE SUPERVISED INTERNSHIP IN THE PEDAGOGY COURSE MEDIATED BY  
UNIVERSITY EXTENSION**

**LA PRÁCTICA SUPERVISADA EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA MEDIADA POR LA  
EXTENSIÓN UNIVERSITARIA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-331>

**Data de submissão:** 29/11/2025

**Data de publicação:** 29/12/2025

**Marise Marçalina de Castro Silva Rosa**

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: [marise.marcalina@ufma.br](mailto:marise.marcalina@ufma.br)

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6662-820X>

**Antonio de Assis Cruz Nunes**

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: [antonio.assis@ufma.br](mailto:antonio.assis@ufma.br)

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5939-7706>

**Cristina Cardoso de Araújo**

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: [cc.araujo@ufma.br](mailto:cc.araujo@ufma.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3457-3731>

**Caroliny Santos Lima**

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: [caroliny.lima@ufma.br](mailto:caroliny.lima@ufma.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1061-2970>

**Luiz Cláudio Azevedo Gomes**

Especialização em Letramento e Alfabetização

Instituição: SEMED

E-mail: [luiz.azevedo2010@gmail.com](mailto:luiz.azevedo2010@gmail.com)

Orcid: <http://orcid.org/0009-3725-783x>

**Izanir Gardênia Silva Sousa**

Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Língua Portuguesa e Inglesa

Instituição: SEMED

E-mail: [izanirgardenia@hotmail.com](mailto:izanirgardenia@hotmail.com)

Orcid: <http://orcid.org/0009-0006-7968-8806>



**Geysa Rodrigues Costa**

Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional

Instituição: UEB Professor João de Sousa Guimarães

E-mail: geysa.rc@discente.ufma.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9756-0503>

**Elisângela Lourêdo Marinho**

Especialista em Intervenção ABA aplicada ao Transtorno do Espectro Autista

Instituição: SEMED

E-mail: elisml@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6662-820>

## RESUMO

O artigo analisa a extensão universitária como elemento estruturante da universidade, com ênfase em sua mediação no estágio supervisionado do curso de Pedagogia. Parte-se da compreensão da extensão como eixo indissociável do ensino e da pesquisa, superando a visão tradicional que a concebe como atividade acessória. Fundamentado em autores como Morosini, Gatti e Santos, o texto discute diferentes modelos de universidade: tradicional, cidadã/crítica e empreendedora, evidenciando que, no modelo contemporâneo, a extensão assume caráter estratégico ao promover justiça social, inclusão, democratização do conhecimento e coprodução de saberes com a sociedade.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Extensão Universitária. Curso de Pedagogia.

## ABSTRACT

This article analyzes university extension as a structuring element of the university, with emphasis on its mediation in the supervised internship of the Pedagogy course. It starts from the understanding of extension as an inseparable axis of teaching and research, overcoming the traditional view that conceives it as an accessory activity. Based on authors such as Morosini, Gatti and Santos, the text discusses different models of university: traditional, citizen/critical and entrepreneurial, showing that, in the contemporary model, extension assumes a strategic character by promoting social justice, inclusion, democratization of knowledge and co-production of knowledge with society.

**Keywords:** Supervised Internship. University Extension. Pedagogy Course.

## RESUMEN

Este artículo analiza la extensión universitaria como elemento estructurante de la universidad, con énfasis en su mediación en las prácticas supervisadas del curso de Pedagogía. Parte de la comprensión de la extensión como eje inseparable de la docencia y la investigación, superando la visión tradicional que la concibe como una actividad accesorio. Con base en autores como Morosini, Gatti y Santos, el texto aborda diferentes modelos universitarios: tradicional, ciudadano/crítico y emprendedor, destacando que, en el modelo contemporáneo, la extensión asume un carácter estratégico al promover la justicia social, la inclusión, la democratización del conocimiento y la coproducción de conocimiento con la sociedad.

**Palabras clave:** Prácticas Supervisadas. Extensión Universitaria. Curso de Pedagogía.



## 1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária, entendida como a interação entre a universidade e a sociedade, configura-se como um componente essencial da missão acadêmica. Historicamente, a universidade tem sido concebida sob diferentes modelos, que refletem concepções diversas de ensino, pesquisa e extensão. Segundo Morosini (2017), a extensão não deve ser vista apenas como um complemento do ensino e da pesquisa, mas como um eixo estruturante capaz de redefinir a função social da universidade, promovendo a integração entre saberes acadêmicos e demandas sociais.

No modelo tradicional, a universidade é compreendida como uma instituição voltada prioritariamente à formação de especialistas e à produção científica de alto nível. Nesse contexto, a extensão frequentemente assume um papel secundário, aparecendo como atividade acessória ou opcional (Gatti, 2007). Entretanto, autores contemporâneos defendem que a efetiva constituição de uma universidade socialmente responsável depende da articulação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão, em um modelo que valorize a troca mútua de conhecimento entre universidade e sociedade (Silva & Araújo, 2015).

No modelo contemporâneo de universidade cidadã ou crítica, a extensão assume caráter estratégico, orientando-se para a promoção da justiça social, a inclusão e a democratização do conhecimento. Este modelo propõe uma universidade engajada, na qual as práticas extensionistas não se limitam à transferência de tecnologias ou serviços, mas envolvem processos colaborativos de co-produção de conhecimento com comunidades externas (Farias, 2013). Nesse sentido, a extensão deixa de ser um simples canal de divulgação científica e passa a ser um mecanismo de transformação social, formando cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Além disso, a extensão universitária contribui para o fortalecimento de modelos inovadores de universidade, como a universidade empreendedora, que busca sinergias entre pesquisa, ensino e desenvolvimento econômico. Para Etzkowitz (2003), a extensão, nesse contexto, articula-se a atividades de inovação e empreendedorismo, aproximando a academia do setor produtivo e promovendo soluções para problemas sociais e econômicos, sem perder sua dimensão educativa e crítica.

Portanto, a extensão universitária não é apenas um adendo à função acadêmica, mas um elemento constitutivo de diferentes modelos de universidade, desde os tradicionais até os inovadores e críticos. Sua implementação efetiva exige uma visão integrada do papel da universidade na sociedade, articulando ensino, pesquisa e extensão em prol da formação integral de estudantes e do desenvolvimento social e econômico (Silva, 2018).



## **2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO COMPONENTE ESTRUTURANTE EM DIFERENTES MODELOS DE UNIVERSIDADE**

Discutir a extensão universitária e sua relação com a universidade implica analisar os modelos e concepções que se consolidaram ao longo da história acadêmica brasileira. Embora possa parecer redundante, a reflexão sobre a posição da extensão e sua articulação com o ensino e a pesquisa suscita questões centrais sobre o papel social da universidade (Gomes, 2010; Mattos, 2015). Nesse sentido, a extensão não se configura apenas como uma atividade acessória, mas como elemento constitutivo da missão universitária, promovendo diálogo entre saberes acadêmicos e demandas sociais (Araújo, 2018).

Historicamente, a criação das primeiras universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), já incorporava, de maneira explícita ou implícita, a ideia de interação com a sociedade em seus estatutos e discursos fundacionais (Schwartzman, 1991; Dias, 2006). A análise de documentos de criação revela que a extensão, embora nem sempre nomeada como tal, esteve presente na concepção de função social da universidade, articulando formação acadêmica, produção de conhecimento e contribuição para o desenvolvimento regional e nacional (Mendonça, 2012).

Portanto, compreender a extensão universitária exige reconhecer sua função educativa e social, percebendo-a como eixo integrador entre ensino, pesquisa e atuação comunitária. A reflexão sobre sua gênese histórica permite avaliar como os discursos institucionais e os modelos acadêmicos construíram condições para que a extensão se tornasse parte fundamental da identidade universitária brasileira (Gomes, 2010; Mattos, 2015; Araújo, 2018).

Consideramos muito difícil tratar da extensão universitária no Brasil sem refletir sobre as concepções e modelos de universidade que influenciaram e configuraram as primeiras instituições brasileiras, considerando seu contexto histórico e aspectos político-sociais (Cunha, 2007; Fávero, 2000). Por isso, este estudo foca nas origens das universidades brasileiras a partir dos documentos oficiais que regulamentaram sua criação no início do século XX, analisando as abordagens conceituais, os modelos institucionais e as funções da extensão universitária em relação às concepções de universidade.

Segundo Cunha (2007) e Fávero (2000), as universidades brasileiras são relativamente recentes em comparação às demais instituições de ensino superior no mundo. Historicamente, o ensino superior começou a se consolidar como uma condição essencial para o desenvolvimento cultural e social do país. O exame de leis, decretos, exposições de motivos e pareceres revela um discurso de poder nas concepções de universidade estabelecidas no início do século XX, bem como



as intensas disputas ideológicas em torno da criação dessas instituições (Dubet, 1998). Este momento histórico é emblemático para compreender a universidade como instituição central na história da sociedade e da humanidade.

Retornar às raízes e aos fundamentos das universidades é essencial para compreender as mudanças e desafios enfrentados por essas instituições no século XXI. A globalização econômica, as políticas neoliberais e as transformações no mundo do trabalho impõem novos desafios às funções tradicionais de ensino, pesquisa e extensão. Como aponta Santos (2005, p. 64), “[...] no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer uma destas atividades, há ensino superior; não universidade”. Dessa forma, investigar a história da extensão universitária contribui para a compreensão das crises e desafios enfrentados pelas universidades.

A gênese da universidade, como instituição voltada para o saber, apresenta controvérsias quanto ao seu surgimento, natureza e concepção. A Universidade de Bolonha, fundada na Itália em 1088, é considerada a primeira universidade organizada de forma similar às instituições contemporâneas (Castanho, 2000). Le Goff (1988, p. 59) observa que “o século XIII é o século das universidades porque é o das corporações”, destacando o papel dessas instituições no desenvolvimento urbano e econômico medieval. Essas universidades estruturaram um campo científico essencial, funcionando como instituições sociais voltadas à formação e produção de saberes, muitas vezes sob tutela da Igreja.

No contexto brasileiro, compreender a extensão universitária na formação inicial de professores exige analisar os modelos e concepções das primeiras universidades do país.

Comparativamente, o Brasil constituiu suas universidades de forma tardia em relação à América Latina. Loureiro ([19--], p. 302) afirma que as universidades latino-americanas possuem responsabilidades significativas no desenvolvimento econômico e social, preparando dirigentes políticos e técnicos necessários ao processo de integração regional. Historicamente, a primeira universidade latino-americana foi criada em 1538 em São Domingos, seguida pela Universidade Autônoma do México (1551), a Universidade Nacional Mayor de San Marcos de Lima (1571), a Universidade de São Felipe (1738) e a Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina (1634) (Loureiro, [19--], p. 303-330). Essas instituições concentravam-se no ensino de Teologia e Direito Canônico e desempenhavam papel importante no trabalho missionário.

O Brasil, por outro lado, só iniciou a criação de universidades no início do século XX. Cunha (2007) descreve o modelo universitário brasileiro como resultado de iniciativas de uma elite intelectual laica, incluindo autonomia administrativa, pedagógica e financeira, integração de museus



e institutos de pesquisa, criação de escolas normais superiores e incentivo à pesquisa e extensão. A universidade surge, assim, como lugar de transmissão, produção e preservação do saber, formando profissionais e contribuindo para a renovação cultural do país (Teixeira, 1969).

A primeira universidade brasileira considerada como tal foi criada no Rio de Janeiro em 1920, embora experiências anteriores tenham ocorrido com universidades livres nos estados do Amazonas (1909), São Paulo (1911) e Paraná (1912) (Cunha, 2007). Tais iniciativas revelam contradições e disputas históricas que marcaram a constituição do campo acadêmico no país. Loureiro ([19--], p. 9) cita Newman, afirmando que a universidade representa um “império na ordem da filosofia e da ciência”, exercendo poder na proteção e coordenação do saber.

A universidade pode ser compreendida como uma instituição que mapeia o mundo intelectual, delimitando os campos de cada ciência. Independentemente da concepção adotada, ontologicamente, ela se configura como espaço voltado ao saber, à ciência e à cultura de uma sociedade (Bourdieu, 2000; Morin, 1999). Historicamente, a universidade tem sido alvo de crises sucessivas, o que desafia pesquisadores e teóricos a buscarem explicações capazes de compreender suas transformações, contradições e concepções ao longo do tempo, além de reafirmar sua relevância enquanto instituição social formadora e difusora do conhecimento (Castro, 2015). Nesse contexto, suas funções podem ser entendidas como conservadoras, transmissoras e produtoras de conhecimento e cultura para uma sociedade específica (Bourdieu, 2000; Morin, 1999).

No Brasil, a universidade surge no início do século XX, influenciada pelos modelos clássicos europeu: o modelo francês e o alemão. Segundo Castanho (2000), o modelo imperial napoleônico caracteriza-se por ser uma criação da burguesia revolucionária francesa, formado por escolas isoladas que visavam oferecer ensino profissionalizante. Entre suas características destacam-se a dissociação entre ensino e pesquisa, a centralização estatal e um ensino voltado prioritariamente à formação de quadros para o Estado. Por outro lado, o modelo alemão idealista buscava autonomia em relação ao Estado, transformando a universidade em espaço de pesquisa e produção de conhecimento elevado, destinado a minorias selecionadas, livre das pressões sociais.

A primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, foi criada em 1920 por meio do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, reunindo três faculdades em um único corpo institucional (Fávero, 2000). Posteriormente, a Universidade de São Paulo (USP) foi instituída pelo Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, com o objetivo de “[...] promover, pela pesquisa, o progresso da ciência. Além de destinar-se à formação de especialistas em todos os ramos de cultura, técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística” (Fávero, 2000, p. 211). Esses marcos históricos permitem questionar se, nos decretos de criação dessas universidades, a



extensão universitária estava prevista como parte constitutiva de suas funções, identidade ou atividades institucionais.

Assim, compreender a evolução da universidade brasileira exige analisar suas origens, modelos influentes e funções históricas, possibilitando perceber tanto a reprodução de saberes quanto a produção de novos conhecimentos no contexto social (Morin, 1999; Bourdieu, 2000; Castanho, 2000; Fávero, 2000).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que a extensão universitária, longe de se constituir como uma atividade periférica, ocupa lugar central na conformação histórica, social e acadêmica da universidade brasileira. Ao longo do percurso teórico e histórico apresentado, foi possível compreender que os diferentes modelos de universidade — do tradicional ao crítico e contemporâneo — atribuem à extensão significados e funções distintas, mas convergem na necessidade de sua articulação orgânica com o ensino e a pesquisa, como condição essencial para a própria existência da universidade enquanto instituição social.

No contexto da formação inicial de professores, especialmente no curso de Pedagogia, a extensão universitária revela-se um espaço privilegiado de mediação entre teoria e prática, possibilitando ao estágio supervisionado ultrapassar uma concepção meramente técnica ou burocrática. Quando mediado pela extensão, o estágio passa a se configurar como experiência formativa ampliada, na qual o futuro pedagogo estabelece diálogo crítico com a realidade social, educacional e cultural, ressignificando os conhecimentos acadêmicos à luz das demandas concretas das comunidades e instituições educativas.

O resgate histórico das origens das universidades, tanto no cenário europeu quanto latino-americano e brasileiro, permitiu compreender que a função social da universidade sempre esteve atravessada por disputas ideológicas, políticas e epistemológicas. Nesse sentido, a tardia constituição das universidades no Brasil e a influência dos modelos francês e alemão contribuíram para uma organização institucional que, por muito tempo, privilegiou o ensino profissionalizante ou a pesquisa desvinculada das demandas sociais. A consolidação da extensão universitária como eixo estruturante representa, portanto, uma ruptura com essas concepções restritivas, reafirmando a universidade como espaço de produção de conhecimento socialmente referenciado.

Diante dos desafios contemporâneos impostos pela globalização, pelas políticas neoliberais e pelas transformações no mundo do trabalho, torna-se imprescindível fortalecer práticas extensionistas integradas ao estágio supervisionado, especialmente na Pedagogia. Tal integração contribui para a



formação de profissionais críticos, éticos e comprometidos com a transformação social, capazes de compreender a educação como prática social, histórica e política.

Conclui-se, assim, que o estágio supervisionado mediado pela extensão universitária potencializa a formação integral do pedagogo, ao articular saberes acadêmicos e populares, teoria e prática, universidade e sociedade. Ao assumir a extensão como princípio formativo, a universidade reafirma sua função social, democrática e emancipatória, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e com a formação de sujeitos críticos e participativos.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. F. Extensão universitária e responsabilidade social: interfaces e práticas no ensino superior. São Paulo: Cortez. 2018.
- BOURDIEU, P. A universidade conservadora: notas sobre o sistema de ensino superior na França. São Paulo: Editora Ática. 2000.
- CASTANHO, C. Modelos de universidade: Alemanha e França. São Paulo: Cortez. 2000.
- CASTRO, R. Crises e transformações da universidade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2015.
- CUNHA, L. História das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- DIAS, S. M. História da educação superior no Brasil: universidades e sociedade. Rio de Janeiro: FGV. 2006.
- DUBET, F. As Universidades em tempos pós-modernos. Paris: Presses Universitaires, 1998.
- ETZKOWITZ, H. The Triple Helix: University–Industry–Government Innovation in Action. London: Routledge, 2003.
- FÁVERO, O. Educação Superior no Brasil: Origens e Desafios. São Paulo: Cortez, 2000.
- GATTI, B. A. Ensino, pesquisa e extensão: a tríade da universidade. São Paulo: Cortez, 2007.
- GOMES, P. R. A função social da universidade e a extensão universitária. Revista Brasileira de Educação, 15(44), 125-138. 2010.
- LE GOFF, J. A Civilização do Ocidente Medieval. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- NEWMAN, J. Citado em LOUREIRO, M. Universidade e Sociedade. São Paulo: Atlas, [19--].
- MATTOS, L. R. Extensão universitária: teoria, políticas e práticas. Belo Horizonte: Autêntica. 2015.
- MENDONÇA, A. C. Universidade, extensão e transformação social. Recife: Edufrpe. 2012.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Rio de Janeiro: Cortez. 1999.
- MOROSINI, M. A universidade contemporânea e suas funções sociais. Porto Alegre: Penso, 2017.
- SILVA, V. M. Universidade, extensão e cidadania: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.
- SILVA, T. R.; ARAÚJO, P. H. Extensão universitária: integração entre universidade e sociedade. Salvador: EDUFBA, 2015.



FARIAS, M. C. Extensão universitária e responsabilidade social: práticas e concepções. Recife: EDUFRPE, 2013.

SANTOS, B. de S. Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHWARTZMAN, S. Universidade e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: FGV. 1991.

SILVA, V. M. Universidade, extensão e cidadania: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

TEIXEIRA, A. Educação Superior no Brasil: História e Perspectivas. São Paulo: Pioneira, 1969.